



ANDC
Associação Nacional de Direito ao Crédito

Relatório de
Actividades e Contas da Direcção
do ano de
2 007

Fevereiro de 2 008

Relatório de
Actividades e Contas da Direcção
do ano de 2 007

Índice

Índice	2
1. O Relatório de Actividades	4
1.1. A consolidação interna	5
1.1.1. A melhoria das condições e meios de trabalho na ANDC	6
1.1.2. O aperfeiçoamento das formas de organização	7
1.1.3. A organização das actividades de voluntariado	9
1.1.4. O movimento dos associados	10
1.1.5. Conferência “As instituições financeiras e o desenvolvimento do microcrédito”	10
1.1.6. A dependência financeira	11
1.2. O relacionamento institucional e a rede de parceiros	11
1.2.1. O IIEFP e as instituições financeiras	11
1.2.2. Uma instituição de finança ética	11
1.3. O relacionamento internacional	13
2. As Contas	14

Relatório de Actividades e Contas da Direcção do ano de 2 007

Este Relatório é apresentado à Assembleia-geral da Associação para que se possa dar cumprimento ao disposto na al. a) do n.º 2 do artigo 15º dos Estatutos, que prevê que a Assembleia-geral se reúna, em sessão ordinária, até 31 de Março de cada ano, para discussão e votação, do Relatório e Contas da Direcção, relativos ao ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal. Para além desta obrigação formal é, também, **um momento privilegiado de reflexão, de debate e de encontro dos Associados com a sua Associação.**

Ao Relatório pede-se que reflecta com verdade e rigor as actividades desenvolvidas e que mostre o nível de eficiência da gestão da Associação. As Contas devem permitir que se ajuíze da sua regularidade e a forma como as disponibilidades financeiras mobilizadas contribuíram para que se realizassem os objectivos programados.

No que se segue procuraremos ter presente uma e outra. Será estruturado em duas partes: **O Relatório de Actividades e As Contas.**

1. O Relatório de Actividades

Realizar-se-á o confronto entre as actividades e objectivos programados (Programa de Acção para 2 007) e as actividades e objectivos realizados.

No Programa de Acção para 2 007 foram explicitadas quatro linhas de polarização das actividades da ANDC:

1. Consolidação interna.

2. Relacionamento institucional.
3. Relacionamento internacional.
4. Expansão e reforço da rede de parceiros.

A ANDC empenha as nossas vontades porque queremos que o Direito ao Crédito seja uma realidade cada vez mais ampla no dia-a-dia que passa. As linhas de polarização da actividade, acima referidas, pretendiam sublinhar a forma de nos organizarmos para melhor fazermos crescer o microcrédito.

Em relação a cada uma dessas linhas fizemos progressos, não sendo ousado poder afirmar que cumprimos o que nos propusemos realizar, mesmo se o nosso desejo de realizar melhor nos deixe, aqui e acolá, o sentimento de que teria sido desejável que fôssemos além daquilo que ambicionávamos realizar.

Na apresentação deste Relatório pareceu-nos mais ajustado apresentar em conjunto o referente ao “Relacionamento Institucional” e a “Expansão e reforço da rede de parceiros”.

1.1. A consolidação interna

O primeiro grande objectivo não pode deixar de ser o de realizar um cada vez maior número de microcréditos. Infelizmente, deste ponto de vista, não nos foi possível ir tão longe quanto inicialmente desejámos.

Com efeito, tínhamos previsto, durante o ano de 2007, obter mais de 200 novos empréstimos creditados. Porém, não obstante se terem feito aprovar, nas Comissões de Crédito, 203 projectos, a que acrescem 7 reestruturações de planos de pagamentos, apenas 166 (dos quais, 11 são reformulações com aumento de capital e 7 respeitam às referidas reestruturações dos planos de pagamento) deram lugar a créditos, até 31 de Dezembro.

A diferença entre os projectos que acabaram por ser apresentados à banca para financiamento e os efectivamente creditados tem a ver com recusa de financiamento, por parte desta (11 projectos), desistências dos candidatos (8

projectos) e, ainda com projectos que transitaram em apreciação e cujo crédito só deverá ocorrer em 2008.

Temos procurado reduzir o desfasamento entre as aprovações do projectos e os respectivos créditos e algum progresso já foi feito, mas não foi, ainda, possível fazê-lo baixar tanto quanto desejávamos, nomeadamente em fase de fim de ano.

Olhando para trás verificamos que subimos de 127, em 2 006, para 166, em 2007, mas pretendemos fazer muito melhor em 2008, conforme foi indicado no Plano de Acção.

Para uma melhor execução deste objectivo global, propusemo-nos contribuir para:

- A melhoria das condições e meios de trabalho;
- A qualificação do corpo dos que connosco colaboram;
- O aperfeiçoamento das formas de organização;
- A integração dos que mostram a sua disponibilidade para trabalharem como voluntários;
- A animação da vida interna da Associação;
- A busca de complementos de financiamento que permitam à Associação aumentar o seu nível de sustentabilidade.

1.1.1. A melhoria das condições e meios de trabalho na ANDC

Verificou-se uma melhoria substancial das condições e meios de trabalho colocados à disposição de todos os que trabalham na ANDC. Tivemos à nossa disposição um novo espaço (o 4º andar) e todos os técnicos passaram a ter acesso a meios técnicos (informáticos, de comunicação e outros) que permitiram que pudesse ser aumentada a eficiência do trabalho realizado.

A celebração do novo protocolo com o IIEFP ampliou a possibilidade de uma expansão do nível de actividade da Associação. Foi nessa perspectiva que se iniciou, em meados do ano, um processo de recrutamento de três novos agentes. Foi um percurso longo, no qual nos empenhamos muito, com vista a encontrar colaboradores capazes de poderem dar resposta aos novos desafios. O processo só se concluiu no 3º trimestre, mas hoje já é possível dizer que começamos a colher os primeiros bons resultados.

A intensidade do trabalho que nos tem envolvido não tem permitido a programação de tempo suficiente para acções de formação explícitas; o acompanhamento do trabalho realizado aos vários níveis, dentro da Associação, continua, no entanto, a ser uma preocupação permanente, de modo a que possa ser executado com o mais elevado nível de eficiência. Estamos seguros que foram criadas condições para que, com maior desafio possa, agora, ser encarada a preparação de novas e mais qualificadas acções de formação.

1.1.2. O aperfeiçoamento das formas de organização

No que se refere ao aperfeiçoamento das formas de organização a ANDC tem vindo a introduzir melhorias que se pretende tenham a possibilidade de facilitar acréscimos de funcionalidades no trabalho realizado. Sublinha-se a introdução de uma partição mais vincada entre actividades de Secretariado e actividades Operacionais.

No Secretariado verificou-se a admissão de uma Secretária a tempo inteiro e o alargamento das actividades de voluntariado de apoio ao Secretariado, com o equivalente a, aproximadamente, a mais uma pessoa a tempo inteiro. Destacamos a contribuição dada por acções de voluntariado para que tivesse êxito o processo de selecção.

Na Área Operacional, para além dos novos agentes de microcrédito admitidos, consolidou-se o reforço dos meios humanos para o trabalho de retaguarda na área operacional. Dispomos, agora de uma Secretária e de um

analista de informação, a tempo inteiro, que nos deverá poder vir a facilitar o trabalho de tratamento e análise de dados.

Não foi possível, durante o ano de 2 007 terminar o projecto *MConline* de informatização dos sistemas de informação, em grande medida, devido aos elevados custos de *software* e de configuração de rede, envolvidos, o que nos levou a encarar a possibilidade de podermos solicitar uma parceria de mecenato que nos ajudasse a suportar esses custos. Infelizmente a concretização dessa parceria tem demorado mais tempo a concretizar-se, do que o que desejávamos e estimávamos inicialmente.

A Direcção tomou já a decisão de avançar com uma decisão de financiamento próprio, caso a parceria de mecenato não possa vir a concretizar-se a curto prazo.

Apesar das dificuldades para o conjunto da actividade operacional, decorrentes da não implementação atempada deste projecto, procurou-se minorar os inconvenientes desta insuficiência, criando redes locais, que já permitem que, nas instalações da Associação, em Lisboa, se possa ter acesso a uma base de informação integrada.

Durante o ano de 2 007 a Direcção desenvolveu um forte empenho na criação de uma nova página de WEB que foi desenvolvida com uma colaboração de voluntariado. Uma primeira versão foi disponibilizada em finais do ano e as reacções que recebemos acerca da sua nova formatação foram muito positivos. Temos cada vez mais consciência da importância deste instrumento como meio de comunicação entre e com todos os que se relacionam com a Associação. Infelizmente têm vindo a manifestar-se bloqueamentos ulteriores que nos fazem recear que possa estar em causa a sua evolução dinâmica. Desde já, estamos a procurar encontrar formas de ultrapassar as dificuldades encontradas.

O Boletim tem continuado a ser uma forma privilegiada e sustentada de relacionamento entre quem trabalha na ANDC, os seus associados e outras instituições no exterior. Algumas melhorias, nomeadamente gráficas, foram introduzidas, com a inclusão de uma componente de cor mais vincada.

A regularidade com que tem sido possível assegurar a sua publicação tem-nos garantido que seja um instrumento privilegiado de visibilidade da ANDC no exterior. Desejaríamos poder alargar esta experiência a outros meios de comunicação, internos e externos, mas ainda não nos foi possível reunir os meios humanos susceptíveis de se responsabilizarem por novas iniciativas.

Mantemos como grande prioridade a animação da vida interna da Associação, embora se reconheça que, nem sempre, a mobilização realizada corresponda ao esforço desenvolvido para o conseguir. Apesar disso, não deixaremos de destacar os encontros realizados com Associados e voluntários, em Lisboa e no Porto, bem como a Festa de Natal que teve lugar em Lisboa.

Durante o ano de 2007 foi finalizado e divulgado o “Estudo de avaliação do sistema do microcrédito em Portugal”, cuja realização foi suscitada pela ANDC e promovida pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional. Os resultados divulgados são muito positivos em relação ao trabalho que a Associação tem vindo a desenvolver e perspectivam uma expansão potencial do microcrédito, em Portugal, muito significativa. Temos tido conhecimento da sua apresentação, por parte dos autores em outras instituições e do interesse com que tem sido por elas encarado, nomeadamente, nas da área do ensino superior.

Esperamos que possa continuar a ser um bom instrumento de divulgação da nossa actividade, estando a Direcção empenhada em que cada vez mais, a avaliação permanente do trabalho da Associação possa ser encarada como uma sua actividade regular.

1.1.3. A organização das actividades de voluntariado

A organização das actividades de voluntariado tem continuado a ser uma preocupação permanente da Direcção. Possuímos, neste momento, de uma estrutura organizativa estável (embora suficientemente flexível para que possa evoluir), constituída por quatro áreas principais: Secretariado, Divulgação, Mecenato e Assistência Técnica. Cada uma destas áreas possui um responsável (voluntário), começando a surgir resultados concretos da actividade

desenvolvida por cada uma das equipas. Todas as equipas têm, ainda, potencialidades para crescer muito, pelo que se faz um apelo permanente à manifestação de vontades de colaboração.

1.1.4. O movimento dos associados

O actual número de associados é de 298. Se compararmos com o número existente em 2 006 (341) verificamos que houve uma substancial redução. Ela foi uma consequência da aplicação da disposição estatutária que prevê a perda da qualidade de associado os que deixam de pagar cotas durante dois anos consecutivos (36) a que acresceram 22 desistências. Durante o ano de 2 007 houve a admissão de 15 novos associados. A Direcção tem, no entanto, a convicção de que o número total pode aumentar substancialmente, embora para que tal aconteça se exija um empenhamento forte de todos os associados hoje existentes.

1.1.5. Conferência “As instituições financeiras e o desenvolvimento do microcrédito”

Finalmente, termina-se esta secção fazendo uma referência à realização na Fundação Calouste Gulbenkian, em colaboração com o IIEFP e os três Bancos parceiros, da Conferência “As instituições financeiras e o desenvolvimento do microcrédito”. Foi um momento forte de reflexão sobre os caminhos que o microcrédito pode trilhar, em Portugal, no próximo futuro, constituindo, simultaneamente, uma ocasião para que o microcrédito pudesse ter visibilidade e ser objecto de interpegação por amplos sectores da sociedade portuguesa.

Para além do envolvimento muito activo dos convidados e participantes, do empenhamento mostrado pelas instituições financeiras e pelo IIEFP, permitimo-nos destacar a assinatura do “Código de Conduta “ que constitui uma forte marca de afirmação ética por todos os que estando de acordo com o seu conteúdo, se disponibilizam para promover o microcrédito, em Portugal.

1.1.6. A dependência financeira

Não foi, ainda, durante o ano de 2 007 que a Associação pode olhar para o seu futuro de dependência financeira com menor preocupação do que no passado. Apesar da atenção que a Direcção prestou à possibilidade de poderem ser encontradas alternativas de maior desafogo, tal não veio a acontecer, continuando as receitas provenientes das transferências do IEFP a representar mais de 90% do total das receitas.

Em Anexo poderão os associados encontrar alguns dos indicadores mais significativos sobre a actividade da Associação: número de empreendimentos (projectos creditados), postos de trabalho criados no início da actividade, capital investido, taxa de delinquência (insolvência) do capital investido, taxa de encerramento, distribuição espacial, sectorial, por género, por habilitação literária e por qualificação.

1.2. O relacionamento institucional e a rede de parceiros

Em termos institucionais, o relacionamento mais sólido tem vindo a ser estabelecido com o Ministério do Trabalho e Solidariedade, com instituições que dele dependem e com as instituições financeiras, parceiras. De igual modo têm vindo a afirmar-se com cada vez maior consolidação os protocolos que temos vindo a celebrar com outras instituições, tendo havido uma preocupação constante em realizar a depuração daqueles cujos resultados não justificam que se mantenham vivos.

1.2.1. O IEFP e as instituições financeiras

Na sequência da última conferência realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, do empenhamento que aí vimos ser manifestado pelos Srs. Ministro das Finanças e Ministro do Trabalho e da Solidariedade, e da posição assumida no passado mês de Novembro pela Comissão Europeia temos fundadas expectativas de que uma forte dinamização do compromisso institucional poderá

vir a ser alcançado. Entendemos, no entanto, que as expectativas inicialmente criadas têm vindo a encontrar dificuldades de concretização que não deveriam poder justificar-se, nomeadamente no que se refere à sensibilização e mobilização dos Centros de Emprego.

Durante o período de celebração dos Dez Anos do microcrédito em Portugal espera-se que possa ser dado um impulso significativo na concretização do ambicionado objectivo da explicitação de um “Estatuto do Microempresário”.

O trabalho de agilização de procedimentos que tem vindo a ser desenvolvido pela ANDC e pelos Bancos tem sido mais moroso do que o que estimávamos inicialmente, mas começam a colher-se já frutos desse investimento, nomeadamente, em termos de encurtamento de prazos e de homogeneização de comportamentos. Com isto muito têm lucrado os nossos candidatos, embora se tenha consciência do caminho que ainda falta realizar, não tanto ao nível do entendimento que tem existido com os representantes de cada um dos Bancos, mas antes com a persistência de comportamentos anómalos junto das Agências.

1.2.2. Uma instituição de finança ética

O progresso da reflexão em torno da oportunidade de avanço para uma instituição de finança ética não teve, ainda, resultados suficientemente operativos. Esperamos que este seja um pólo de concentração das nossas actividades em torno da celebração dos Dez Anos do Microcrédito, em Portugal.

No que se refere à ampliação da rede de parceiros e do trabalho que nela pode ser desenvolvido o caminho tem sido mais lento a percorrer que o que desejaríamos. Por um lado, apesar da abertura demonstrada por algumas das instituições de referência, não tem havido reflexos significativos em termos de casos referenciados. Por outro, temos vindo a verificar um interesse crescente em estabelecer parcerias com a ANDC, por parte das mais variadas instituições. O entusiasmo é grande à partida, mas nem sempre as concretizações em termos de casos sinalizados têm possuído a mesma relevância.

Há certamente explicações para esta evolução. Uma que, certamente, é relevante, prende-se com a circunstância de nem sempre o microcrédito ser, à partida, entendido nas suas reais potencialidades. Em tempo de crise, como o que temos vindo a atravessar, sublinha-se mais a dimensão social do que a dimensão económica do microcrédito. Como uma não existe, de forma sustentada, sem a outra, na ausência de um clima geral favorável ao empreendedorismo não deveremos, talvez surpreendermo-nos com o comportamento verificado.

Para além de articulações e colaborações frequentes com numerosas instituições (Caritas, CNIS, ACIDI, Câmaras Municipais, ISS, etc), sem nenhum suporte formal explícito, são 24 as instituições com as quais possuímos protocolos formais, com diversos níveis de resultados, mas que procuramos gerir de forma a podermos potenciar os seus melhores resultados, não hesitando em denunciar os que deixam de se traduzir numa colaboração activa.

Pela via dos protocolos, durante o ano de 2 007, foram sinalizados 68 casos, tendo sido creditados 8 casos.

Continuámos empenhados no bom êxito da parceria que temos com o INSCOOP e outras instituições, com vista a clarificar o papel da iniciativa e do microempreendedorismo, estando prevista a finalização do projecto durante o ano de 2 008, com a realização de um Seminário de discussão e apresentação de resultados.

1.3. O relacionamento internacional

A manutenção de relações com instituições que em outros países desenvolvem trabalho de microcrédito ou microfinança continuou a ser um empenhamento da Direcção. Porque mais significativa destaca-se aqui a **continuação da pertença ao “Board” da Rede Europeia de Microfinança (REM)**.

Durante o ano de 2 007 a REM procurou manter o mesmo nível de serviços que lhe é habitual, nomeadamente em termos de informação (Newsletter, site), oferta de serviços de formação, conferências e contactos com instituições

internacionais. É de sublinhar o esforço que tem vindo a ser feito, por um lado, em termos de racionalização de custos de estrutura e, por outro, em termos da definição de uma linha estratégica menos dispersa para o conjunto das actividades da REM.

Salienta-se, também, o envolvimento que tem tido a sua Presidente na definição de uma política de microcrédito para a União Europeia que teve a sua expressão, mais significativa com a divulgação, no passado mês de Novembro da Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social europeu e ao Comité das Regiões, intitulada “Uma iniciativa europeia para o desenvolvimento do microcrédito em prol do Crescimento e do emprego” e que deverá ser o suporte para a proposta de um Programa de Acção a se financiado pela União Europeia.

Nas reuniões da Rede temos procurado participar explicitando, em relação às questões discutidas e que têm como pano de fundo as temáticas acima referenciadas o ponto de vista da ANDC.

Além da participação no Conselho de Administração da REM, a ANDC tem mantido contactos com outras organizações, nomeadamente o Réseau de Financement Alternatif (Bélgica), entidade que desenvolve a sua actividade na área dos financiamentos alternativos e solidários. Esta é uma vertente à qual a ANDC deverá continuar atenta, sobretudo no momento em que se pretende alargar a vários países, com a criação de comités nacionais, a certificação de produtos financeiros solidários.

2. As Contas

As Contas reflectem o nível de actividade desenvolvido durante o ano de 2007, tendo a Direcção procurado realizar uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis, tanto em termos de despesas efectivamente realizadas, como em termos de compromissos assumidos.

No que concerne ao Fundo de Garantia ele é reforçado com o valor de 43 184,91 €, o que corresponde a 5% do valor dos empréstimos durante o ano, ficando o Fundo de Garantia dotado com um total de 194 552,24 €.

Contudo, as responsabilidades da ANDC, face às instituições financeiras, no fim do exercício, era de apenas, 68 287,57 €, ou seja, 5% da soma do capital não vencido (1 154 859,84 €) e do capital em mora (210 891,48 €).

Nestas circunstâncias e com vista a obter um maior equilíbrio entre a execução de eventuais responsabilidades externas e a execução de eventuais responsabilidades internas, a Direcção propõe que o Fundo de Garantia seja ajustado para o valor de 150 000 € e que o excedente (44 552,24 €) seja utilizado para reforço da Provisão com Encargos de Projectos Aprovados.

Daqui resulta que, mesmo assim, o Fundo de Garantia fica provido com um excedente de 81 712,43 € relativamente às suas responsabilidades face ao exterior.

No que concerne aos custos, verificou-se um acréscimo de 22,0% em relação a 2 006, mas uma diminuição de 11,0% em relação ao orçamentado. O acréscimo de custos é o resultado do aumento do nível de actividade e das opções tomadas pela Direcção quanto a instalações, equipamentos, pessoal e sustentabilidade do funcionamento da Associação. A principal razão deste aumento de custos deveu-se a acréscimos associados com as despesas com o pessoal, suas deslocações e estadias.

Em relação às duas grandes rubricas “Custos Fixos Centrais” e “Custos Variáveis” pode-se constatar um aumento dos primeiros em 9,0% relativamente ao orçamentado e um aumento de 24,0% em relação ao ano anterior. Relativamente às segundas verificou-se uma diminuição de 12,0% em relação ao orçamentado e um aumento de 21,0% em relação ao ano anterior. De notar que os custos com as deslocações apresentam desvios positivos, quer em relação ao orçamentado, quer em relação ao ano anterior.

A Direcção da ANDC

(Manuel Brandão Alves)

Presidente

(Isabel Maria Pinto Correia) (Ana Cordovil)

Secretária

Tesoureira

(Paula Santos)

Vogal

(Palmira Macedo)

Vogal